

CADERNO DE QUESTÕES – DIREITO PENAL



Questão 1

Levando em consideração a aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal é categórico ao afirmar que:

- A punição por determinado fato deve prevalecer mesmo se, posteriormente, o fato deixar de ser considerado crime, posto que a aplicação da Lei Penal leva em conta a normativa vigente à época do ato.
- A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, desde que não reduza a pena cominada, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, salvo com relação a crimes hediondos.
- A Lei Penal não retroage em nenhuma hipótese, independentemente de ser benéfica ou não ao agente.

Questão 2 (ACCESS)

O crime previsto no Código Penal, de praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro é o de

- atentado ao pudor mediante fraude.
- assédio sexual.
- importunação sexual.
- violação sexual mediante fraude.
- estupro.

Questão 3

Em termos de interpretação da lei penal, quando se encontram na legislação expressões como “qualquer outro meio”, “qualquer outra vantagem”, “outro recurso” ou “qualquer outro meio fraudulento”, por exemplo, tais preceitos serão supridos por

- analogia.
- interpretação progressiva.
- interpretação autêntica.
- interpretação analógica.
- interpretação declarativa.

Questão 4 (ACCESS)

Em relação ao crime de curandeirismo, é correto afirmar que ele se tipifica

- prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;
- usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
- fazendo diagnósticos.

Analise os itens acima e assinale

- se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- se nenhum item estiver correto.
- se todos os itens estiverem corretos.

Questão 5

Norma penal em branco é aquela que contempla uma sanção, mas apresenta hipótese fática imprecisa ou incompleta. Para a devida aferição do preceito primário, requer o socorro de outra norma.

Sobre a norma penal em branco, é correto afirmar que:

- a complementação pode ser geral, extensível ao todo do preceito primário;
- a complementação pode ser geral, extensível ao todo do preceito secundário;
- o objeto da complementação deve estar relacionado à atualização do núcleo verbal;
- a definição do núcleo essencial do delito é tarefa que cabe apenas ao legislador;
- o início da descrição da conduta proibida, como a previsão do núcleo típico, pode ser complementado.

Questão 6 (ACCESS)

No caso da extraterritorialidade condicionada, a lei brasileira vai ser aplicada de forma subsidiária. Os casos de crimes estão previstos no inciso II do artigo 7º do Código Penal:

- que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;
- praticados por brasileiro;
- praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

Analise os itens acima e assinale

- se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- se nenhum item estiver correto.
- se todos os itens estiverem corretos.

Questão 7

Acerca da interpretação da Lei penal, assinale a afirmativa correta.

- Quanto aos meios, a interpretação da Lei penal pode ser legislativa, científica ou judicial.
- Pode-se entender a interpretação analógica como uma espécie do gênero “interpretação extensiva”.
- A analogia, modalidade de interpretação, permite ao julgador atuar sempre no preenchimento de lacunas da Lei.
- Na interpretação teleológica, o intérprete da Lei penal busca simplesmente o real e efetivo significado das palavras.

Questão 8 (ACCESS)

Com base na Lei 11.340/2006, em relação à mulher, a violência entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação denomina-se violência

- física.
- moral.
- psicológica.
- sexual.
- patrimonial.

Questão 9

O Direito Penal brasileiro acolheu um sistema dicotômico, ao fracionar o gênero “infração penal” em duas espécies: crime ou delito e contravenção penal. No crime ou delito o agente é punido

com pena de reclusão ou de detenção, isolada, alternativa ou cumulativamente com a pena de multa. Já na contravenção penal, a pena é de prisão simples ou multa, isolada, alternativa ou cumulativamente. Sobre as contravenções penais, é **correto** afirmar que:

- a) O Roubo é uma forma de contravenção penal.
- b) O Estelionato é uma forma de contravenção penal.
- c) A pena máxima de uma contravenção são 10 (dez) anos.
- d) A ação penal é pública condicionada a representação.
- e) Não é punível a tentativa de contravenção.

Questão 10 (ACCESS)

A Lei 11.343/2006 estabelece regras para o tratamento do usuário ou dependente de drogas. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

I. A internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação.

II. É considerada internação voluntária aquela que se dá com o consentimento do dependente de drogas.

III. É considerada internação involuntária aquela que se dá, sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social, dos órgãos públicos integrantes do Sisnad, ou de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.